UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO – MESTRADO

MAURO PEREIRA DOS SANTOS

COOPERATIVISMO EM GOIÁS: COMO EQUALIZAR COMPETITIVIDADE E SOLIDARIEDADE?

GOIÂNIA
2015

sibi
sistema de bibliotecas ufg

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[X] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Mauro Pereira dos Santos				
E-mail:	maurops8@gmail.com				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? [X]Sim [ ] Não					
Vínculo empregatício do autor					
Agência de fomento:		Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior		Sigla:	CAPES
País:	Brasil	UF:GO	CNPJ:	00889834/0001-08	
Título:	Cooperativismo em Goiás: como equalizar competitividade e solidariedade?				
Palavras-chave:	Cooperativismo; Competitividade; Economia Solidária; Mercado; Agricultura Familiar.				
Título em outra língua:	Cooperativism in Goias: How to matc compettiveness and accountabilit?				
Palavras-chave em outra língua:	Cooperatives; Competitiveness; Solidarity Economy; Market;Family Farming.				
Área de concentração:	Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais				
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	08/05/2015				
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em Agronegócio				
Orientador (a):	Prof. Dr. Gabriel da Silva Medina				
E-mail:	Gabriel.silva.medina@gmail.com				
Co-orientador (a):*					
E-mail:					

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Mauro Pereira dos Santos

Assinatura do (a) autor (a)

Data: 25/05/2015

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

MAURO PEREIRA DOS SANTOS

COOPERATIVISMO EM GOIÁS: COMO EQUALIZAR COMPETITIVIDADE E SOLIDARIEDADE?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás - UFG, como requisito para obtenção do título de Mestre em Agronegócio.

Área de Concentração: Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel da Silva Medina.

GOIÂNIA
2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Pereira dos Santos, Mauro
Cooperativismo em Goiás: como equalizar competitividade e solidariedade? [manuscrito] / Mauro Pereira dos Santos. - 2015.
LVXII, 67 f.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel da Silva Medina .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia (EA) , Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Goiânia, 2015.
Bibliografia. Apêndice.
Inclui siglas, lista de tabelas.

1. Cooperativismo. 2. Competitividade. 3. Economia Solidária. 4. Mercado. 5. Agricultura Familiar. I. , Gabriel da Silva Medina, orient. II. Título.

UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO
PPAGRO

Dissertação de Mestrado

"Cooperativismo em Goiás: Como Equalizar Competitividade e Solidariedade?"

MAURO PEREIRA DOS SANTOS

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio.

Aprovada por:

Prof. Dr. Gabriel da Silva Medina
Presidente-Orientador/ PPAGRO/EA/UFG

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira
Membro Externo/IESA/UFG

Prof. Dr. Alcido Elenor Wander
Membro Interno/PPAGRO/EA/UFG

Goiânia, 08 de maio de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos agricultores, agricultoras e os diretores das Cooperativas de agricultura familiar pesquisadas, por terem proporcionado a possibilidade contribuir cientificamente com o desenvolvimento rural de nosso país.

À UFG, pela qualidade do ensino, e pela oportunidade de conhecer as diferentes formas do Agronegócio.

A minha esposa Juh, pela paciência e cumplicidade.

A todos os docentes pelo conhecimento que nos fora apresentado, agradeço ao professor Dr. Gabriel Silva Medina, que de forma prestativa me deu o apoio necessário, também pela disponibilidade e paciência em aceitar ser orientador nesta pesquisa.

Aos colegas de sala, pelas qualificadas experiências trocadas em sala de aula, e também nos encontros de discussão extraclasse.

À CAPES pelo fomento da pesquisa.

A todos os servidores da EA/UFG.

RESUMO

O cooperativismo tornou-se uma ferramenta necessária para o desenvolvimento no campo econômico e social de inúmeras pessoas pelo mundo, nas cidades e também no meio rural. No Brasil, além do segmento crédito, grande parte da produção agrícola para exportação e do consumo interno passam pelo segmento cooperativo. O presente trabalho buscou compreender como se dá o desenvolvimento do cooperativismo em empreendimentos de agricultura familiar frente ao contexto da competividade e solidariedade numa empresa de dupla função, que busca competir no mercado e contribuir com o desenvolvimento de seus associados. Especificamente, buscamos conhecer a competitividade dos empreendimentos cooperativos, considerando sua gestão, acesso a mercados e viabilidade financeira; e avaliar como os cooperados estão se beneficiando dos empreendimentos no acesso aos mercados, na geração de renda e no fortalecimento das relações sociais. Foram selecionadas cinco cooperativas instaladas no estado de Goiás, pelo fato do seu quadro social ser composto, na sua maioria, por agricultores familiares. Também foram entrevistados os cooperados, buscando entender como essas cooperativas de fato estão beneficiando seu quadro social. Como resultados, o trabalho revelou que as cooperativas representam uma alternativa de desenvolvimento rural; as cooperativas analisadas tiveram diferentes graus de inserção comercial e de eficiência na gestão, mas responderam de forma similar às necessidades dos agricultores cooperados como alternativa de mercado e espaço de fortalecimento das relações sociais. De forma geral, a pesquisa apontou que o cooperativismo é um instrumento importante para o desenvolvimento rural, mas ainda carece de melhorias no acesso aos mercados e também na gestão dessas cooperativas.

Palavras-chave: Cooperativismo; Competitividade; Economia Solidária; Mercado; Agricultura Familiar.

ABSTRACT

Cooperatives have become a key tool for socio-economic development of countless people around the world, both in cities and rural areas. In Brazil, much of the agricultural production is sold through cooperatives for local as well as foreign markets. This study aims to understand how cooperatives of family farmers manage to play a dual role of benefiting its membership as well as becoming competitive in the market. Specifically, it seeks to assess the cooperatives' competitiveness by evaluating the management approaches adopted, the markets accessed and the financial viability. It also aims to assess how family farmers are benefiting from their membership in the cooperatives by evaluating the market accessed, the actual income generated and the strengthening of social relations. Five cooperatives based in the State of Goiás, Brazil, were selected as case studies because their members are mostly family farmers. Interviews were carried out with associated family farmers in order to understand how members benefit from their cooperatives. As a result, the study revealed that cooperatives can foster rural development. The studied cooperatives have different degrees of market integration and management efficiency, but respond in a similar manner to farmers' demands for markets and social integration. Overall, the survey indicated that cooperatives are an important tool for rural development, although some still lacks improved access to markets as well as management skills.

Key words: Cooperatives; competitiveness; solidarity economy; market; family farming.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores de análise 29
Quadro 2 – Apresentação das cooperativas 30
Quadro 3 – Gestão das cooperativas 32
Quadro 4 – Resumo das atividades comerciais 34
Quadro 5 – Demonstrativos financeiros 35
Quadro 6 – Relação comercial com os cooperados 37
Quadro 7 – Diferença em comercializar com a cooperativa 38
Quadro 8 – Relação das cooperativas com os cooperados 41

LISTA DE SIGLAS

ANDEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CEASA-GO – Central de Abastecimento do Estado de Goiás

CECAF-GO – Central das Cooperativas de Produção da Agricultura Familiar do Estado de Goiás

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCG - Organização das Cooperativas de Goiás

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil

UNICOPAS – União Nacional das Cooperativas Solidárias

UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

CONCRAB - Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil.

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Questionário competitividade, entrevistas junto às cooperativas..... **53**
Apêndice B – Questionário beneficiamento, entrevista junto aos cooperados **59**
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido **60**
Apêndice D – Termo de anuência Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí **63**
Apêndice D – Termo de anuência Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga **64**
Apêndice D – Termo de anuência Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Rio Verde **65**
Apêndice D – Termo de anuência Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Assentamento Nova Aurora **66**
Apêndice D – Termo de anuência Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Uruana e região**.**..... **67**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
2 OBJETIVOS 19
3 REFERENCIAL TEÓRICO 20
4 METODOLOGIA 28
4.1 Estudos de caso 30
5 RESULTADOS 31
5.1 Competitividade 31
5.1.1 Gestão do negócio 31
5.1.2 Mercados acessados 33
5.1.3 Viabilidade financeira 34
5.2 Como os cooperados são beneficiados 35
5.2.1 Relações com o mercado 35
5.2.2 Geração de renda 38
5.2.3 Ações de envolvimento social 39
6 DISCUSSÃO 42
6.1 Competitividade 42
6.2 Benefícios aos cooperados 45
6.3 Competitividade e solidariedade, retomando a discussão 46
7 CONSIDERAÇOES FINAIS 48
REFERÊNCIAS 50
APÊNDICES 53

1 INTRODUÇÃO

Estudos sobre cooperativismo moderno revelam que as cooperativas foram criadas a partir de uma necessidade real, por meio de grupos de proletários, servindo como instrumento de defesa frente às disparidades econômicas criadas pelo capitalismo (OCB, 1996). Essa foi a forma que os indivíduos encontraram para melhorar suas condições de vida. Gaiger (2013, p. 212) nos afirma que: "É indiscutível que o cooperativismo nasceu mesmo no berço das lutas sindicais e político-partidárias, nas quais ganhou forma e vigor nas lutas operárias".

Os pioneiros de Rochdale, na Inglaterra, elegeram as diretrizes daquele empreendimento, as quais, posteriormente, foram integradas aos princípios cooperativistas modernos, como prática econômica, autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade:

> [...] A Sociedade de Rochdale reuniu as melhores ideias desenvolvidas ao longo da história do cooperativismo e deu a elas a forma de políticas e práticas administrativas e operacionais as quais, ao longo destes 150 anos, evoluíram na forma dos atuais *princípios cooperativistas*. Estes princípios distinguem as empresas cooperativas de outras formas empresariais não cooperativas [...]. (VALADARES, 2005, p. 16).

O interesse no desenvolvimento rural e no papel que as cooperativas podem desempenhar está sendo retomado de forma crescente nos últimos anos, em escala internacional (WIGGINS, 2010). Análises recentes sobre o desenvolvimento rural apontam o cooperativismo como um dos pilares para suprir as falhas de mercado, na comercialização da produção, nos insumos e na gestão local (WIGGINS, 2006). O Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), José Graziano, afirma que o cooperativismo é uma importante ferramenta para fomentar a agricultura familiar no país. (ANDEF, 2014)

O cooperativismo brasileiro tem crescido nos últimos anos, principalmente nas cooperativas ligadas ao agronegócio, seja nos ramos de crédito e de produção, segundo a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), no Brasil, as cooperativas foram responsáveis por 37,2% do Produto Interno Bruto (PIB) agrícola e por 5,4% do PIB nacional em 2009, garantindo cerca de 3,6 bilhões de dólares em exportações. Também, a ONU proclamou 2012 o Ano Internacional do Cooperativismo. Acredita-se que o cooperativismo é um negócio viável para os países em desenvolvimento, pois, através de seus arranjos locais, mesmo havendo dificuldades, ele está mostrando que é possível o país se desenvolver.

Essa temática é particularmente relevante no Brasil, onde há um crescente apoio à agricultura familiar. Estudos apoiados pelo governo, como *O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil* (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009), chamam a atenção para a capacidade produtiva da agricultura familiar que produz grande parte dos alimentos consumidos no país. Nessa frente, a principal solução para a integração comercial dos agricultores familiares é por meio de cooperativas, pois elas reduzem os custos de transação, abrem mercados, facilitam o acesso a insumos etc. (FAO, 2013).

Grande parte dos empreendimentos da agricultura familiar teve reforço no acesso ao mercado das políticas públicas de comercialização criadas pelo Governo Federal. Dessa forma, as ações possibilitam aos agricultores familiares se integrar no mercado, tendo como ponto de partida os mercados institucionais, de modo que a comercialização seja realizada pelos empreendimentos cooperativos. Considerando o papel estratégico do Estado na promoção da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1992), uma das principais frentes de ação da política federal tem sido na garantia de mercado para os agricultores familiares pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (SILVA; SILVA, 2011).

Entretanto, ainda temos no Brasil um número bastante reduzido de empreendimentos cooperativos se comparado a outros países. Por exemplo:

> [...] Hoy en día, según la Alianza Cooperativa Internacional (ACI), más de 800 millones de personas en el mundo están organizadas en *cooperativas* que realizan actividades económicas diversas.1** Son miembros de al menos una cooperativa, uno de cada tres canadienses, uno de cada tres franceses, uno de cada cuatro argentinos, uno de cada cuatro alemanes, uno de cada cinco indios, uno de cada diez costarricenses, y uno de cada diez colombianos, por solo poner algunos ejemplos.

> En cuanto a la importancia económica de las cooperativas, según la ACI (2010), en Europa occidental la inmensa mayoría de los produtores agrícolas están organizados en cooperativas y controlan más de la mitad del mercado de productos agrícolas. De hecho, las cooperativas en Finlandia producen el 96 % de los lácteos, el 50 % de los huevos y el 34 % de los productos forestales. En Francia, ellas controlan más del 40 % de la producción de alimentos, agrícolas y no agrícolas. En Uruguay, las cooperativas producen 90 % de la leche y 30 % del trigo. El 22 % del Producto Interno Bruto (PIB) de Nueva Zelanda era generado por esas organizaciones en 2007. En 2009, las cooperativas contribuyeron con el 5,4 % del PIB total brasileño (37,2 % del PIB agrícola) y cerca del 5 % del PIB colombiano [...]. (PIÑEIRO HARNECKER, 2011. p. 31).

Os números de cooperativas brasileiras ligadas à área rural divergem pouco, conforme os segmentos de representação. O sistema das Organizações das Cooperativas Brasileiras - OCB, segundo dados do censo de 2012, apresenta 1.528 cooperativas. Já a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) registra a existência de 1.740.

A partir dos anos 90, com as mudanças na economia e a globalização, os sistemas agroindustriais e a competitividade passaram a influenciar no segmento, obrigando as cooperativas a mudar sua atuação frente ao mercado. Para Schneider (2004, p. 39), “em especial nas décadas de 1960 a 1990 as cooperativas foram difusoras de uma agricultura moderna, mecanizada, a fim de continuar permanecendo no mercado fortemente competitivo”.

Para Duarte (1986), o cooperativismo moldou-se à dinâmica do capitalismo, alterou seus métodos organizacionais e operacionais, buscando incessantemente a eficiência e a racionalidade econômica e restringindo a participação dos associados no processo decisório. Dessa forma, a sobrevivência de uma cooperativa no sistema comercial capitalista requer que ela se adeque às condições que o sistema impõe. As cooperativas se defrontam com uma situação em que elas são obrigadas a conciliar as suas atividades econômicas/comerciais com as relações sociais democraticamente geridas por seus associados. Necessita-se que a gestão das cooperativas consigam ter a participação social, na promoção e participação dos mesmos, que garantiria a participação democrática de seus membros, sendo o que se diferencia das demais organizações econômicas.

Diferente das empresas capitalistas, o sistema cooperativista tem enfrentado dificuldades maiores para se desenvolver, seja em ser competitiva no mercado, seja em reverter resultados econômicos e sociais para seus associados. Para Amodeo (2001, p. 120): “Seu perfil de empresa associativa, geralmente de alcance regional, gerida democraticamente,

por e para seus membros, faz das cooperativas organizações econômicas singulares com problemas e características diferentes dos outros tipos de empresas.”

Segundo Moreira *et all* (2012), a não superação das dificuldades econômicas, sociais e até políticas, podem acarretar à falta de competitividade e ainda a complexidade gerencial. Dessa forma, a sobrevivência da cooperativa num ambiente globalizado e competitivo, está condicionado na sua capacidade de equalizar as políticas sociais e eficiência econômica.

Também, o não entendimento do duplo papel do cooperado é um fator que dificulta o desenvolvimento de uma empresa considerada complexa:

> [...] A não separação entre a propriedade e o controle introduz ineficiências que se tornam relevantes quando a organização cresce, seja pelo fato de que a sua atividade original ganha escala ou como decorrência de outros fatores que impliquem maior complexidade gerencial [...] (ZYLBERSZTAJN, 2002, p. 3).

Para as cooperativas de agricultura familiar, a situação é mais complexa, pois elas têm dificuldades para garantir a produção em escala, a regularidade na oferta de produtos e ainda o quadro de cooperados, composto essencialmente de agricultores com pouca escolaridade e baixa capacidade de investimento. Dessa forma, a tomada de decisão, conforme Cechin (2014, p. 486), “pode resultar num padrão de qualidade da produção inferior aos padrões impostos pelas empresas concorrentes”.

Somada às características da agricultura familiar organizada em cooperativas, existe também a dificuldade de gestão desses empreendimentos que, em grande parte, é realizada de forma amadora se comparada aos padrões de empresas ou mesmo de cooperativas maiores. A discussão sobre gestão e governança corporativa é recente:

> [...] a discussão sobre códigos de governança corporativa e a criação da Associação Brasileira de Governança Corporativa se inicia em 90. O esforço no sentido de criar um código de governança corporativa para cooperativas no Brasil é muito mais recente, e foi somente em 2006 que a Organização das Cooperativas Brasileiras sistematizou documento nessa área[...] (DAVIS; BIALOSKORSKI NETO, 2010, p. 3).

Segundo Carneiro e Cherobim (2011), a governança corporativa trata-se de um conjunto de controle e mecanismos que auxiliam a gestão, permitindo uma melhor visão estratégica para a tomada de decisões e no fortalecimento dos objetivos da cooperativa.

Existem diferentes formas de realizar a gestão nas cooperativas agropecuárias. No Brasil, em sua grande maioria, a gestão é realizada pelos próprios cooperados eleitos para os cargos de Conselheiros de Administração. Em um número bem menor, existem as cooperativas que conseguem contratar administradores, gerentes ou mesmo criar comitês gestores para auxiliar na tomada de decisões. Não obstante, estudos apontam também para os desafios no estabelecimento quanto à gestão dessas cooperativas, como garantir os volumes, fluxo de caixa, conhecimento etc. (FAO, 2013).

Para Costa *et al*, (2012, p. 288):

> [...] Em países como Holanda, Suécia, Finlândia, Estados Unidos da América (EUA), entre outros, as cooperativas agropecuárias apresentam modelos de governança corporativa que desvinculam os proprietários das decisões de gestão. Isto é, a configuração comum nesses países estabelece a existência do conselho de administração eleito pelos associados para executar as decisões de controle e a contratação de executivos responsáveis pela gestão da cooperativa.[...]

Finalmente, além de garantir a inserção comercial e a gestão eficiente, as cooperativas ainda enfrentam o desafio de promover o desenvolvimento de seus associados. Os benefícios sociais que as cooperativas conseguem oferecer estão centrados no desenvolvimento econômico baseado na inserção nos mercados e também nas relações sociais que são advindas dos valores de solidariedade e autoajuda.

> [...] Nesses empreendimentos: o funcionamento possui como premissa a propriedade social dos meios de produção, sendo vedada a apropriação individual desses meios ou sua alienação particular; o controle e o poder de decisão pertencem de forma paritária à associação dos trabalhadores; a gestão é determinada pelo conjunto dos trabalhadores, que organizam o processo produtivo, operam as estratégias econômicas e decidem sobre destino do excedente produzido [...] (VASCONCELOS, 2007 p. 269).

Nos benefícios econômicos, segundo Gimenes (2008), as cooperativas agropecuárias têm um papel importante na melhoria da distribuição de renda na área rural, uma vez que podem promover a agregação de valor aos produtos agrícolas e aumentar o poder de barganha do produtor rural em mercados relativamente imperfeitos. Para Singer (2007), as ações dos trabalhadores organizados em cooperativas não estariam restritas somente às atividades

agrícolas, como também às finanças, à educação, à pesquisa científica e às comunicações, podendo atingir todos os campos de atividades.

Existem ainda outros benefícios que são alcançados antes de tal etapa, como a interação e sinergia dos agricultores cooperados que se dispuseram a enfrentar o mercado, através de suas vontades e necessidades coletivas. Segundo Michels (2000), para que uma cooperativa tenha, de fato, condições de oferecer vantagens aos associados, é necessário que ela apresente três características: autoajuda, autorresponsabilidade e autodeterminação democrática. A situação a que se chega é: como essas cooperativas conseguirão sobreviver num espaço em que a velocidade de informação e a competição são os pilares fundamentais frente ao mercado, sendo que, ao mesmo tempo, elas precisam beneficiar socialmente seus cooperados?

2 OBJETIVOS

A presente pesquisa busca compreender os avanços e as dificuldades no desenvolvimento do setor cooperativista na agricultura familiar. Pretendemos analisar como o cooperativismo exerce a competitividade e a solidariedade, simultaneamente, na relação entre o cooperado e sua cooperativa.

O objetivo deste trabalho é contribuir para o melhor entendimento da situação das cooperativas da agricultura familiar do estado de Goiás frente ao contexto atual de mercado competitivo. Especificamente, buscamos: (1) conhecer a competitividade dos empreendimentos cooperativos, considerando sua gestão, acesso a mercados e viabilidade financeira; e (2) avaliar como os cooperados estão se beneficiando dos empreendimentos no acesso aos mercados, na geração de renda e no fortalecimento das relações sociais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O cooperativismo é um instrumento que possibilita diferentes formas de organização coletiva, seja para realizar serviços, seja para desenvolver atividades que auxiliem um determinado grupo de pessoas a superar necessidades comuns. Na antiguidade, a cooperação surgiu nas ações coletivas em forma de mutirões, nas caças, também nos plantios e colheitas, uma vez que:

> [...] lo que diferenciaba a los primeros humanos de los primates era su capacidad de trabajar, de imaginar algo y hacerlo realidad mediante la transformación de la naturaleza. Pero ese trabajo em la mayoría de los casos consistía en actividades que se realizaban de forma colectiva, por un grupo; y en sociedades donde aún no existia la propiedad privada.
> Así, durante la comunidad primitiva, los primeros humanos trabajaban de forma colectiva, cooperativa. Después, aun cuando otras formas de organizar el trabajo – como la esclavitud, el feudalismo, y el capitalismo – han sido lo predominante, el trabajo cooperativo ha continuado existiendo de distintas maneras en algunos espacios [...]. (HARNECKER, 2011, p. 37).

Assim como o trabalho coletivo foi instituído nas ações comunitárias tradicionais, o cooperativismo moderno foi instituído pelas classes populares. Tem suas referências nos países europeus que, no século XIX, estavam atravessando um período de mudanças nas relações de trabalho, oriundas da Revolução Industrial.

A economia que era desde a Idade Média exercida por manufatureiros por meio de seus trabalhos artesanais, foram obrigados a vender a força de trabalho para o sistema capitalista de produção, pois:

> [...] A mecanização no setor têxtil sofre impulso extraordinário na Inglaterra, com o aparecimento da máquina a vapor, aumentando a produção de tecidos em grande escala. Estradas são construídas, surgem ferrovias e se desenvolvem outros setores, como o metalúrgico. Novas fontes de energia como o petróleo e a eletricidade substituem o carvão [...] (OCG, 1996, p. 05).

Ao mesmo tempo, começavam as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora:

> [...] Com a exploração do trabalho e das condições subumanas de vida: extensas jornadas de trabalho, de dezesseis a dezoito horas; condições insalubres de trabalho;

> arregimentação de crianças e mulheres como mão de obra mais barata; trabalho mal remunerado.
>
> A mecanização da indústria, ao mesmo tempo em que fazia surgir a classe assalariada promovia o desemprego em massa, consequentemente, a miséria coletiva e os desajustes sociais [...](OCG, 1996, p. 05).

O avanço tecnológico rápido que a revolução industrial trouxe como também todos os problemas avistados foi o fermento para o surgimento do descontentamento da classe trabalhadora;

> [...] Surgiram as primeiras organizações dos trabalhadores (sindicatos, associações de operários, cooperativas de ajuda-mútua, comitês de fábrica) desencadeando movimentos de reivindicação e reclamando por uma mudança social, econômica e política. Estas iniciativas configuram-se como a possibilidade de transformação do contexto de deterioração social generalizada da classe trabalhadora. Foram as primeiras expressões de denúncia, de autodefesa e de sobrevivência diante da condição social em que viviam [...] (OCG, 1996, p. 06).

Nesse contexto, surgiram pesquisadores que começaram a discutir as transformações econômicas e sociais que estavam acontecendo na Europa, com o crescimento do capitalismo e, logicamente, das indústrias. Os precursores do cooperativismo surgiram nessa época, ligados à corrente dos socialistas utópicos. Eram entusiastas da tradição de liberdade, tinham os ideais de justiça e fraternidade, buscavam soluções para a classe trabalhadora e um sistema econômico alternativo ao capitalismo e acreditavam que a cooperativa poderia ser o nascimento de um novo sistema socialista.

> [...] Eles defendiam que era preciso orientar as pessoas para a vida em grupo, na ajuda mútua, em esforço coletivo, e para a formação de quadros que pudessem encaminhar iniciativas de forma cooperativada. Essas novas formas organizativas, além de terem funções econômicas, deveriam desempenhar também o papel de sociedade beneficente, de sindicato e até de universidade popular, muitas vezes ampliando sua intervenção e, mesmo, conseguindo atuar em múltiplos setores da sociedade [...] (RECH, 2012, p. 1).

Os principais precursores da época foram: François Marie Charles Fourier (1772-1837) na França; Robert Owen (1772-1858) e William King (1786-1865) na Inglaterra; Philippe Joseph Benjamin Buchez (1796-1865) na Bélgica; Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888) na Alemanha; e Sean Joseph Charles Louis Blanc (1822-1882), também na França.

Como forma de garantir a sobrevivência desses proletários tecelões, foram criadas as primeiras cooperativas; “Fenwick 1761, Govan 1777, Darvel 1840, na Escócia; Lyon 1835, na França; Rochdale 1844, na Inglaterra; Chemnitz 1845 na Alemanha.” Valadares (2005, p. 12).

Importante entusiasta do cooperativismo, o inglês Robert Owen, mesmo sendo empresário da área têxtil contribuiu profundamente para o desenvolvimento de um modelo de cooperativismo social do qual objetivava resolver o problema das pessoas, pois ele combatia:

> [...] o lucro e a concorrência, por considerá-los os principais responsáveis pelos males e injustiças sociais. Investe em inúmeras iniciativas de organização dos trabalhadores. Preocupados com as condições de vida dos proletários inglês, funda a escola para filhos de operários [...] (OCG, 1996, p. 06).

Apesar disso, segundo RECH (2012), a maioria das cooperativas seguiram a linha Liberal Fisiocrata, que defendia corrigir as imperfeiçoes criadas no sistema capitalista, era formada por pastores evangélicos, sacerdotes católicos, professores, magistrados, motivados nos princípios de amor ao próximo, acreditavam que o cooperativismo poderia socorrer o proletariado na época excluídos pelo capital.

> [...] Analisando a maioria das tendências internacionais e inclusive o caso brasileiro, o que predominou foi uma vertente representada especialmente pela Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra, fundada em 1844 (considerada, equivocadamente, por muitos, a primeira cooperativa do mundo) e, parcialmente, pelas experiências do pastor luterano Friedrich Raiffeisen (Alemão, 1818-1888). Somando-se a experiência de Rochdale à de Raiffeisen (de inspiração cristã) é que se forma a linha predominando do atual cooperativismo, profundamente alinhada com o pensamento liberal e fisiocrata capitalista. Nesta direção, as cooperativas sempre foram vistas como um instrumento de correção de alguns defeitos do sistema capitalista. Esta perspectiva, um tanto romântica e conveniente, foi, na verdade, a assumida nos países capitalistas e tornou-se a base da nossa legislação e política cooperativista. Neste caso, a cooperativa viria apenas atenuar as características egoísticas e concentradoras de capital do sistema vigente [...] (RECH, 2012, p. 03)

A partir de Rochdale, houve em toda Europa o surgimento e um intenso crescimento das cooperativas. No segmento agrícola, as cooperativas originadas das experiências de

Raiffeisen eram voltadas à agricultura familiar que mudou a forma de uso do solo e também de métodos de produção agrícola. Para WESTPHALL (2008, p. 42), “A fim de criar possibilidades de viabilidade econômica da propriedade agrícola para garantir o sustento dos animais e a subsistência da família, os agricultores se organizaram em cooperativas”, tinham a confiança como uma das mais importantes características para uma organização coletiva.

No final do século XIX, entenderam que seria necessária a criação de um sistema que coordenasse o segmento em todo o mundo. Foi criada então no ano de 1895 na cidade de Londres, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) ou Internacional Co-operative Aliance (ICA). Em 1995, estimava-se que existiam aproximadamente 3 bilhões de pessoas estavam ligadas ao setor, isso correspondia a metade da população mundial. Possui várias áreas e está presente em todos os países.

Para Gaiger (2013, p 212);

> [...] Desde o século XIX, em paralelo ao domínio do capitalismo, estratégias associativas e cooperativas têm buscado assegurar condições de vida a importantes contingentes e, ademais, vêm mantendo vigentes princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza distintos da racionalidade estrita do capital. A economia solidária reedita essa estratégia histórica dos trabalhadores, vinculada umbilicalmente ao movimento operário em seus primórdios, mas dele posteriormente cindida em muitos lugares, por óbices políticos mais do que por singularidades supostamente irredutíveis [...]

Segundo Menegário (2000), no Brasil, as primeiras cooperativas surgiram no final do século XIX, especificamente em 1891, com a criação da Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, no município de Limeira/SP. Em 1902, foram criadas as primeiras Caixas Rurais Raiffeinsen no Rio Grande do Sul; em 1907, algumas foram criadas em Minas Gerais e em 1908, no Rio de Janeiro.

Por meio do Decreto nº 22.239, no ano de 1932 é que se verificou o crescente número de cooperativas no Brasil, consequência de organismos do Governo Federal que fizeram campanhas com órgãos de assistência ao cooperativismo.

Em 1969, em Belo Horizonte/MG, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), durante o VI Congresso Brasileiro de Cooperativismo. É o órgão máximo de representação das cooperativas no país, que veio substituir a Associação Brasileira de Cooperativas (ABCoop) e a União Nacional de Cooperativas (Unasco). A unificação foi uma decisão das próprias cooperativas. Sua institucionalidade só veio a ser aprovada dois anos depois, com a criação da Lei nº 5.764/1971, promulgada pelo Governo Militar. Conforme a lei, a OCB passava a ser a única instituição de representação das cooperativas brasileiras.

Dessa forma, Gaiger, (2013, p 216) afirma que:

> [...] O tipo de cooperativismo agrícola que desde então predomina no Brasil tem reproduzido o domínio de uma elite conservadora, voltada a uma economia basicamente agroexportadora – hoje, o *agrobusiness*. Esse quadro esteve amparado em uma política de controle social e de intervenção estatal que não trouxe mudanças significativas para os trabalhadores cooperativados no meio rural. Ao contrário, o modelo contribuiu para a concentração da propriedade fundiária e para instilar a desconfiança entre os pequenos agricultores acerca do cooperativismo [...]

Ainda no Brasil, o surgimento do termo “Economia Solidária” foi o resultado de muitos anos de discussões entre os vários segmentos de apoio e representação de classes, federações/sindicatos, universidades públicas, igrejas e organizações não governamentais, que começaram, desde a década de 1990, a resgatar e fomentar essa outra vertente na economia cooperativista. Silva nos relata que:

> [...] De acordo com os dados divulgados pelo mapeamento realizado pela SENAES (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA 2005, 2006) somavam 1.120 – e entre elas encontram-se entidades antigas, como a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional-(FASE), fundada em 1961, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômica –(IBASE), criado em 1981, a CÁRITAS BRASILEIRA, de 1956, além das entidades e redes constituídas recentemente, como as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (a primeira foi fundada em 1994), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), constituída pela CUT em 1999, as entidades de representação dos próprios empreendimentos, como a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de AutoGestão –(ANTEAG), de 1994, a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL Brasil), de 2004, a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil –(CONCRAB, de 1992), a União Nacional da Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária –(UNICAFES), criada em 2005, e ainda, redes articuladoras, como a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária –(RBSES), de 2000 [...] (SILVA, 2006, p. 18).

A partir da discussão desses segmentos cooperativistas não ligados à OCB, resolveu-se, em janeiro de 2014, criar a União Nacional das Cooperativas Solidárias (Unicopas),

formada por três seguimentos do cooperativismo solidário: a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) e a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (Concrab).

> [...] O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, afirmou que o acordo deve facilitar o trabalho do governo junto ao Congresso Nacional, de modo a agilizar a votação do projeto, que tem como avanço admitir a convivência de 'dois sistemas de cooperativas no país' – além da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que agrega as tradicionais grandes cooperativas, e agora a Unicopas, cuja formação segue conceitos de gestão da chamada economia solidária [...][1]

Entre as vertentes da Economia Solidária e OCB, podemos destacar que as suas concepções acerca do cooperativismo são distintas. A OCB procura dar ênfase às cooperativas como se todas estivessem num mesmo patamar de desenvolvimento e tem ações voltadas à eficiência econômica dentro da lógica de mercado, propondo o profissionalismo na gestão dos empreendimentos frente a esse mercado, como segue:

> [...] O Fortalecimento e o crescimento do modelo cooperativista de negócios, cujo o foco é a obtenção de retorno financeiro e melhor qualidade de vida para todo o grupo. Mais que uma fonte de renda, o cooperativismo é um movimento econômico-social sustentável, mais humano, mais justo e com foco no crescimento de toda comunidade [...] OCB (2014, p 15)

Já a Economia Solidária, representada agora pela Unicopas, desenvolve seu discurso no cooperativismo gerido pelos trabalhadores (autogestão), propondo ser um sistema alternativo, uma vez que procura não utilizar a ideia de hierarquização e subordinação. Ela propõe uma nova estratégia, que seja ampla e que possa pensar na viabilidade econômica e na gestão democrática dos membros.

> [...] Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.
>
> Vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de

[1] Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/01/cooperativas-da-economia-solidaria-anunciaram-a-criacao-da-unicopas-9690.html>. Acesso em 12fev /2015:

> cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário [...] [2]

Em Goiás, o surgimento do Cooperativismo se deu a partir da década de 1940, originando-se no processo de expansão da fronteira agrícola, com forte dependência dos Governos Federal e Estadual, que tinham como objetivo o programa denominado "Marcha para o Oeste". Tendo como pilar o Cooperativismo, tal programa foi um fracasso, porém o Governo Federal atingiu parte dos seus objetivos com relação à expansão das atividades capitalistas no território goiano.

O Artigo 36 da Constituição do Estado de Goiás, de 1946, autorizava imunidade tributária para todas as cooperativas. O órgão que promovia o incentivo e o estímulo ao Cooperativismo era o Serviço de Economia Rural, vinculado à Secretaria da Agricultura.

Segundo a Organização das Cooperativas de Goiás - OCG, a partir de 1949, surgiram as primeiras cooperativas. No município de Rio Verde, foi instalada a Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores que havia sido criada na Itália, com 400 cooperados, sendo que destes, apenas 106 conseguiram chegar à região goiana. Devido às dificuldades encontradas, eles abandonaram as terras e a própria cooperativa depois de um ano de sua criação:

> [...] O movimento dos trabalhadores do campo, nesse período, fundou na região de trombas e Formoso a primeira organização popular cooperativista dentro do que se designou chamar de República Cooperativista de Trombas e Formoso. Essa cooperativa surgiu como fruto da luta dos trabalhadores rurais pela conquista da terra. O movimento surgiu em 1950 e terminou com o advento do Governo Militar em 1964[...] (OCG, 1996, p. 11).

Ainda nesse período, foram criadas por imigrantes poloneses duas cooperativas: a Cooperativa Agropecuária de Itaberaí, que conseguiu assentar 51 famílias de "deslocados de Guerra", mas que deixou de existir em 1957; e a Cooperativa Rural de Córrego Rico, situada entre os municípios de Inhumas e Itaberaí, que também encerrou suas atividades em 1957.

Entre as décadas de 1950 e 1970, sugiram várias cooperativas de créditos e consumo, porém, segundo a OCG (1996, p. 11), "somente a partir de 1970 é que começaram a se estruturar cooperativas com formas empresariais mais sólidas, com melhor desenvolvimento as que operavam as atividades econômicas voltadas à agropecuária".

---

[2] Disponível em : http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm Acesso em 13 fev/2015

Nesse período, iniciava-se em todo o Brasil a Revolução Verde. Criada no regime militar, tinha como objetivo desenvolver a agricultura e a pecuária brasileira por meio de pacotes tecnológicos: assistência técnica e extensão rural, máquinas agrícolas, fertilizantes químicos e sementes híbridas. “Essa fase propiciou o surgimento de grandes cooperativas agropecuárias, nascidas no Sul e Sudeste do Estado, tendo suas terras na proximidade dos centros mais desenvolvidos do País e a política oficial voltada para o setor.” (OCG, 1996, p. 11).

Quanto aos números do Cooperativismo em Goiás, os dados do Censo do Cooperativismo Goiano indicam a existência de 221 cooperativas em seu quadro de filiadas (OCB – SESCOOP, 2012, p. 11). Já a Senaes apresenta números diferentes. Segundo ela, em Goiás existem 1.050 empreendimentos. Essa discrepância dos números apresentados entre OCB e Economia Solidária vem corroborar a problemática da representação do sistema cooperativista, que também é percebida em nível nacional.

Em fevereiro de 2005, foi instituída pelo Governo do Estado de Goiás a Lei nº 15.109, que dispõe sobre a política estadual de Cooperativismo. A lei é uma cópia-resumo da Lei nº 5.764/1971, trazendo apenas como novidade o Conselho Estadual do Cooperativismo (Cecoop), que iniciou suas atividades somente no primeiro semestre de 2013.

4 METODOLOGIA

O estudo envolveu mais de uma área do conhecimento, como Administração, Sociologia e Ciências Agrárias. Sendo assim, a pesquisa é interdisciplinar e utiliza a metodologia quantitativa e qualitativa para a obtenção e avaliação dos números e dados coletados, verificando se existe relação entre eles.

Trabalhamos com estudos de caso por permitirem aprofundamento da análise. Foram selecionadas cinco cooperativas instaladas no estado de Goiás, pelo fato do seu quadro social ser composto, na sua maioria por agricultores familiares. Denominamos as cooperativas pesquisadas de A, B, C, D e E, pois entendemos que dessa forma não estaríamos evidenciando qualquer uma delas, uma vez que determinadas situações apresentadas nesta pesquisa poderiam comprometer suas relações econômicas frente ao mercado.

O motivo da escolha foi o tempo de funcionamento das cooperativas: aquelas criadas há mais de dez anos, aquelas que têm entre cinco e dez anos e aquelas com menos de cinco anos. Outro motivo foi quanto à integração das cooperativas ao mercado, ou seja, as mais integradas e as menos integradas.

No primeiro e segundo semestre de 2014, foi realizada a coleta de dados em cinco cooperativas. Ao todo, foram dez visitas, sendo duas visitas por cooperativa. A primeira visita teve como objetivo a apresentação da proposta de trabalho, buscando o consentimento da cooperativa em participar da pesquisa; a segunda foi para a coleta de dados.

A coleta de dados foi iniciada objetivando conhecer os dados econômicos da cooperativa. Para cada categoria de análise, foram usados indicadores, conforme o quadro 1. As entrevistas foram realizadas com representantes do Conselho de Administração de cada cooperativa, que comentaram sobre: (1) como é realizada a gestão do negócio; (2) quais mercados são acessados; e (3) qual a viabilidade financeira dos empreendimentos (Apêndice A).

Também foi aplicado um segundo questionário (Apêndice B), destinado aos cooperados, buscando entender se essas cooperativas de fato estão beneficiando seu quadro social. Foram considerados os benefícios: (1) nas relações com o mercado; (2) na geração de

renda; e (3) nas ações de envolvimento social dos cooperados. As entrevistas foram realizadas com o auxílio de gravador de áudio e posteriormente foram transcritas, sendo que, ao longo do trabalho, citamos a própria fala dos entrevistados. Os nomes dos respondentes são fictícios e serão apresentados da seguinte forma: os três cooperados da cooperativa A serão denominados de A1, A2 e A3; da cooperativa B, serão B1, B2 e B3; da cooperativa C, C1, C2 e C3; da cooperativa D, D1, D2 e D3; e da cooperativa E, E1, E2 e E3.

A realização das entrevistas foi autorizada pela Direção das cooperativas e também pelos entrevistados, e a escolha dos agricultores entrevistados foi realizada de forma aleatória. Elas aconteceram com dos diretores nas sedes das cooperativas e nas propriedades com os cooperados. Após a coleta, foi realizada a compilação dos dados, que serviram para fomentar as discussões propostas neste trabalho.

Utilizamos nesta pesquisa o termo “mercado convencional” para as comercializações realizadas pelas cooperativas com o mercado aberto, tradicional, sejam em atacadistas, varejistas, supermercados e feiras livres. Denominamos “mercado institucional” as transações comerciais realizadas por meio das políticas públicas dos programas de comercialização com a Agricultura Familiar, sendo PAA, PNAE e PNPB.

Quadro 1 – Subtemas, categoria de análises e Indicadores de Pesquisa.

SUBTEMAS	CATEGORIA DE ANÁLISES	INDICADORES
Competitividade do empreendimento	Gestão do negócio	Número de conselheiros; Periodicidade das reuniões do conselho; Grau de escolaridade; Capacitação em cooperativismo; Apoio técnico para auxiliar na administração das.
	Mercados acessados	Mercados acessados; Formas de comercialização.
	Viabilidade financeira	Demonstrativo do resultado; Sobra líquida; Balanço patrimonial.
Benefícios aos cooperados	Relações com o mercado	Produtos comercializados com as cooperativas em relação ao número de cooperados.
	Geração de renda	Diferença em comercializar com a cooperativa; Porcentagem da produção destinada à cooperativa.
	Ações de envolvimento social	Distinção do grau de envolvimentos dos agricultores familiares nos seus empreendimentos coletivos.

Fonte: Elaborado pelo autor

4.1 Estudos de caso

As cooperativas pesquisadas encontram-se em diferentes níveis de organização. Dessa forma, foram categorizadas em dois tipos neste trabalho: as dependentes de mercados institucionais e as não dependentes. As cooperativas dependentes são aquelas que têm acessado menor quantidade de mercados, trabalham com poucas atividades de comercialização ou ainda estão iniciando suas atividades. Já as cooperativas não dependentes são aquelas que já possuem autonomia financeira e acessam variados tipos de mercados (Quadro 2).

Quadro 2 – Apresentação das cooperativas: descrição

DESCRIÇÃO	**COOPERATIVAS**				
	A	B	C	D	E
Data de criação	2002	2010	2007	1998	2011
Principal produto	Leite	Soja	Leite	Leite	Soja
Tempo de comercialização	12 anos	3 anos	7 anos	12 anos	3 anos
Mercados institucionais	Não dependente	Dependente	Não dependente	Não dependente	Dependente
Número de cooperados	60	60	147	122	621
Número de agricultores no município*	2.319	5.587	2.594	4.890	12.884

Fonte: Elaborado pelo autor.
***** *Instituto Mauro Borges, Estatísticas municipais.*

5 RESULTADOS

5.1 Competitividade

5.1.1 Gestão do negócio

Encontramos diferentes formas de gestão nos empreendimentos pesquisados. As cooperativas C, D e E reúnem seus Conselhos de Administração mensalmente; já as cooperativas A e B reúnem seus conselhos de forma menos frequente; a cooperativa A não possui calendário fixo para as reuniões, que são realizadas somente quando necessário; e a cooperativa B realiza suas reuniões a cada bimestre.

As reuniões da Diretoria são realizadas semanalmente pelas cooperativas D e E. Já a cooperativa B realiza suas reuniões a cada quinzena, enquanto as cooperativas A e C reúnem quando necessário.

A tomada de decisão dessas cooperativas é realizada de duas formas: as cooperativas C, D e E decidem através do Conselho de Administração; já nas cooperativas A e B, as decisões são tomadas pela Diretoria.

Os Conselheiros de Administração dessas cooperativas foram parcialmente capacitados, e somente as cooperativas D e E possuem todos os membros do conselho capacitados em gestão de cooperativas (Quadro 3).

As cooperativas que realizam o planejamento anual de suas atividades são as cooperativas B, C e D. Constatamos ainda que nenhuma das cinco cooperativas possui Departamento Comercial para auxiliar nos processos de comercialização e abertura de novos mercados. As cooperativas B, C e D possuem softwares para acompanhamento financeiro e contábil do empreendimento.

Em relação aos funcionários, somente as cooperativas C, D e E possuem, em seus quadros, profissionais com graduação em Administração. Foi constatado também que somente a cooperativa D estabelece metas de trabalho para seus funcionários.

A periodicidade do processo de avaliação das ações nas cooperativas também é diferente, sendo que as cooperativas A e E não fazem avaliação, enquanto as cooperativas B, C e D realizam-na a cada semestre, trimestre e todo mês, respectivamente.

As cooperativas C e D conseguiram benefícios de infraestrutura com recursos públicos para custeio e investimentos tanto de instituições públicas quanto privadas. Foram máquinas e equipamentos advindos de auxílios governamentais para o desenvolvimento rural, por meio do Programa de Territórios Rurais criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que disponibiliza recursos para o desenvolvimento econômico e social dos municípios que possuem características semelhantes. Também foram acessados patrocínios oriundos da Petrobras e da Fundação do Banco do Brasil. Ainda, houveram também convênios com a Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás.

Quadro 3 – Gestão das cooperativas: Processos decisórios, planejamento, qualificação técnica.

		COOP-A	**COOP-B**	**COOP-C**	**COOP-D**	**COOP-E**
Processos decisórios	Reunião mensal do Conselho de Administração	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
	Reunião semanal da Diretoria	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
	Tomadas de decisões pelo Conselho de Administração	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
	Todos os conselheiros foram capacitados em gestão	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Planejamento	Realiza planejamento anual de trabalho	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
	Possui Departamento Comercial	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Avalia as ações da Direção	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Qualificação da equipe técnica	Funcionários com graduação em Administração	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
	Metas para os funcionários	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
	Possui *software* de gestão financeira	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
	Possui equipe técnica	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
	Possui infraestrutura oriunda de recursos públicos	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
	TOTAL de SIM	**0**	**2**	**8**	**11**	**7**

Fonte: Elaborado pelo autor

5.1.2 Mercados acessados

A diversidade de atividades nas propriedades dos agricultores familiares tem motivado as cooperativas a explorar outras possibilidades de mercado com diferentes resultados. A principal atividade desenvolvida nessas cooperativas é a produção de leite, que é comercializado *in natura* com as indústrias. Apenas a cooperativa B não realiza ações de comercialização com o mercado convencional. O tempo de comercialização com os mercados varia entre 2 e 12 anos.

Os programas dos mercados institucionais PNAE e PAA representam de 5 a 28,5% do faturamento anual desses empreendimentos; em relação ao PNPB, o faturamento variou entre 60 e 88% (Quadro 4). Os mercados institucionais são acessados com diferentes resultados. As cinco cooperativas trabalham com a comercialização via mercados institucionais. O tempo de comercialização com esse mercado varia entre 3 e 8 anos.

Apenas a cooperativa D possui produto industrializado e é também a única que possui um grupo de cooperados que desenvolvem ações de produção de base agroecológica.

As cooperativas B, C e D auxiliam seus cooperados nas ações de comercialização em feiras de agricultores nos municípios.

Das cinco cooperativas, quatro estão vinculadas à rede de comercialização ligada à Central das Cooperativas de Produção da Agricultura Familiar do Estado de Goiás (Cecaf-GO).

Quando questionados sobre as principais dificuldades enfrentadas pelas cooperativas, os diretores entrevistados afirmaram que as maiores dificuldades estão na necessidade de capital de giro, na logística das comercializações, na falta de capacidade técnica e também de marketing.

Quadro 4 – Mercado convencional, institucional, qualificação dos mercados.

		COOP-A	COOP-B	COOP-C	COOP-D	COOP-E
Mercado convencional	Produção/ Comercialização/ serviços	Leite	Frutas, verduras, panificados e soja	Leite, melancia, verduras e loja agropecuária	Leite, frutas, verduras, máquinas agrícolas, Ater, polpa de frutas	Soja, leite, frutas e verduras
	Indústrias – leite	95%	-	85%	80%	10%
	Supermercados – varejistas, lojas	-	-	3%	2%	0,5%
	Ceasa, atacadistas	-	-	2%	2,32%	0,5%
	Tempo de comercialização	12	-	7	11	2
Mercado institucional	PAA	-	-	5%	9,68%	0,5%
	PNAE	5%	12%	5%	6%	28,5%
	PNPB	-	88%	-	-	60%
	Tempo de comercialização	4	3	3	8	3
Qualificação dos mercados	Agroindústria	-	-	-	SIM	-
	Agroecologia	-	-	-	SIM	-
	Auxílio em feiras municipais	-	SIM	SIM	SIM	-
	Rede de comercialização	SIM	-	SIM	SIM	SIM
	Principais dificuldades	Falta investimentos e capital de giro	Logística	Capital de giro, regularidade na oferta e logística	Capital de giro, regularidade na oferta e capacidade técnica	Capital de giro, escala de produção, qualidade do produto, logística e marketing

Fonte: Elaborado pelo autor

5.1.3 Viabilidade financeira

A movimentação de recursos financeiros oriundos da comercialização nessas cooperativas, somados entre os anos de 2009 a 2013, perfaz o valor de R$ 101.389.459,60.

Apresentamos (Quadro 5) o demonstrativo do resultado proveniente da movimentação da comercialização dos agricultores familiares dentro das cooperativas. Os dados estabelecem um comparativo entre o faturamento e o patrimônio nos anos de 2009 e 2013.

Para seu funcionamento, as cooperativas cobram uma taxa administrativa correspondente à prestação do serviço realizado no momento da comercialização do produto

de seus cooperados. Essas taxas podem variar de acordo com a estratégia de gestão de cada cooperativa. Conforme constatado nesta pesquisa, elas variam entre 3 e 15%.

As cooperativas C e D possuem financiamentos na modalidade custeio e somente a cooperativa D também na modalidade investimento. Esses créditos são oriundos dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), específicos para empreendimentos cooperativos, denominado Pronaf Agroindústria.

Somente as cooperativas B, D e E realizam pagamento com preços diferenciados para os cooperados; as demais, A e C, não realizam essa distinção, praticando pagamento com preços iguais. Sobre o número de cooperados, entre os anos de 2009 a 2013, de todas as cooperativas pesquisadas houve crescimentos, variando de 4,0% a 2.310%.

Quadro 5 – Demonstrativos financeiros

	COOP-A	**COOP-B***	**COOP-C**	**COOP-D**	**COOP-E****
Resultado 2009	R$ 79.164,72	R$ 350.000,00	-	R$ 1.504.528,52	-
Resultado 2013	R$ 3.063.172,20	R$ 388.000,00	R$ 4.362.413,98	R$ 7.897.109,76	R$ 43.069.060,7
Patrimônio 2009	-	R$ 20.000,00	-	R$ 483.791,83	R$ 74.941,93
Patrimônio 2013	-	-	R$ 613.837,17	R$ 1.062.669,52	R$ 232.227,29
Taxa administrativa	3%	10%	6,6%	15%	10,8%
Financiamento de custeio	Não	Não	SIM	SIM	Não
Financiamento de investimento	Não	Não	Não	SIM	Não
Crescimento cooperados	150%	87,5%	4,0%	114%	2.310%

Fonte: Elaborado pelo autor
*Dados do ano de 2010, ano de criação da cooperativa.
**Dados do ano de 2011, ano de criação da cooperativa.

5.2 Como os cooperados são beneficiados

5.2.1 Relações com o mercado

Os cooperados sabem da importância das cooperativas para sua comunidade e até mesmo para o município e região, uma vez que tais cooperativas, ao longo dos anos, tornaram-se referências ou mesmo uma espécie de termômetro econômico municipal. Os

agricultores e as empresas concorrentes se baseiam nos preços e valores praticados pela cooperativa, conforme nos relata o cooperado:

> [...] Então mudou totalmente a minha vida, porque na época nós aqui, nós recebíamos leite aqui eram de vinte centavos, trinta centavos. E depois hoje, depois que nós fundamos a cooperativa, hoje nós servimos até de referência no município, e não é só aqui no município, todo mundo espera, só pra você ter a noção, o Arnaldo de Jaraguá, ele liga pra mim no final do mês, o Paulo liga pra mim lá de Uruceres – Zé, quanto vocês vão pagar o leite aí? [...] (Cooperado A-2).

Foi feita a distinção entre a comercialização que é feita via cooperativas, a comercialização que é facilitada por atividades apoiadas pela cooperativa e a comercialização que o cooperado realiza em outros mercados, sem o apoio da cooperativa (Quadro 6). As cooperativas representam uma alternativa comercial principalmente para o leite produzido pelos cooperados. Nas cooperativas C e D os cooperados também encontram uma alternativa para comercializar outros produtos, como arroz, frutas e verduras. As cooperativas apoiam os cooperados na comercialização de 70% a 100% do total de sua produção.

As cooperativas B, C e D auxiliam seus cooperados a organizar a produção para o comércio de seus produtos em feiras locais. Para os diretores das cooperativas, a comercialização em feiras contribui para a renda familiar e ainda estimula os agricultores a desenvolver outras atividades produtivas na propriedade.

Quadro 6 – Relação comercial com os cooperados: Mercado via cooperativas, mercado facilitados por cooperativas.

Tipos de mercados	**Cooperativas**	**A**			**B**			**C**			**D**			**E**		
	Cooperados	**1**	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**
Mercado via cooperativas	Principais produtos comercializados com as cooperativas	Leite	Leite	Leite	Frutas e verduras	Verdura	Farinha, mandioca, guariroba	Leite e Arroz	Leite	Leite	Leite, frutas e verduras	verdura	-	Soja e Leite	Leite e Soja	Verduras
	Frutas	Não	Não	Não	Sim	-		Sim	-	-	Sim	não	-	-	-	-
	Verduras	Não	Não	Não	Sim	Sim	-	Não	Não	Não	Sim	Sim	-	-	Sim	Sim
	Carnes	Não	Não	Não	-	-	-	Sim	Não	Não	-	não	-	-	-	-
	Pescado	Não	Não	Não	-	-	-	Não	Não	Não	-	-	-	-	-	-
	Doces e panificados	Não	Não	Não	-	-	-	Não	Não	Não	Sim	-	-	-	-	-
	Proporção da comercialização com a cooperativa	100%	100%	100%	100%	-	20%	90%	100%	100%	70%	50%	-	100%	100%	100%
Mercado facilitado por cooperativas	Frutas	-	-	-	-	-	-	Sim	-	-	Sim	-	-	-	-	-
	Verduras	-	-	-	-	-	-	Sim	-	-	Sim	Sim	-	-	-	-
	Carnes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Pescado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	-	-	-	-	-
	Doces e panificados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Sim	-	-	-	-	-
	Feiras	-	-	-	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-	-
	Produtos agroecológicos	Não	Não	Não	-	-	-	Não	Não	Não	Sim	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2.2 Geração de renda

As principais vantagens de comercializar com as cooperativas dizem respeito primeiramente ao preço e ao aumento de volume da matéria-prima originada da produção individual de cada cooperado, conforme entrevista:

> [...] O preço, porque no caso se você for vender o seu leite sozinho, não tem como você agregar valor nele porque o montante é pequeno, quando você entrega pra cooperativa o montante é grande, você agrega valor pra frente, tem como você agregar valor pra frente [...] (Cooperado A-3).

Entre outros fatores apontados, um é a certeza da compra, seguida da regularidade nos pagamentos:

> [...] A vantagem é porque é uma venda, quando agente comercializa sabe que vai levar o produto, vender e sabe que vai receber, é uma coisa certa né. É uma coisa que mesmo sendo barato, que eu acho que é muito barato, mas você está vendendo, como é o caso do leite né. Você tem o lugar pra entregar, sabe que vai ter o consumo pra suas coisas, essa que é a vantagem que tem [...] (Cooperado D-1).

Além da facilidade de acesso ao mercado, as cooperativas oportunizam uma garantia na renda e a melhoria no acesso aos mercados. No entanto, alguns entrevistados entendem que não existe diferença em comercializar com a cooperativa ou outro tipo de empresa (Quadro 7).

Quadro 7. Diferença em comercializar com a cooperativa.

Cooperativas	Cooperado	Diferença em comercializar com a cooperativa.?
A	**1**	Preço melhor, mercado garantido, regularidade no pagamento
	2	Preço
	3	Preço
B	**1**	-
	2	-
	3	Na cooperativa você vende no montante
C	**1**	A diferença é porque a empresa é nossa
	2	Não tem vantagem nenhuma
	3	Melhor preço
D	**1**	Garantia na comercialização
	2	Imposto, eliminação do atravessador
	3	Preço
E	**1**	Tem bônus na venda da soja
	2	-
	3	Ela não devolve as mercadorias

Fonte: Elaborado pelo autor

5.2.3 Ações de envolvimento social

As cooperativas C e D desenvolvem ações sociais para seus cooperados através de programas e projetos próprios, existem outros que são realizados por meio de convênios/parcerias com instituições públicas e privadas. A cooperativa C executa um projeto com o patrocínio da Fundação Banco do Brasil, pelo qual 20 cooperados recebem assistência técnica no auxílio da atividade de bovinocultura do leite. A cooperativa D já realizou várias ações objetivando auxiliar os cooperados nas atividades produtivas e nas questões sociais. Realizou também um projeto para o desenvolvimento da produção agroecológica, ações com grupos de mulheres, projetos para a saúde dos agricultores, projetos ambientais e de geração de renda.

Todos os dirigentes afirmaram que as cooperativas oferecem cursos de capacitação aos seus cooperados, sejam com recursos próprios, sejam parcerias. Além disso, afirmam realizar confraternizações com o quadro social (cooperados). No entanto, a pesquisa realizada com os cooperados não confirmou as informações da Direção das cooperativas, conforme podemos observar no Quadro 8.

Com relação ao quadro social, todas têm mostrado crescimento no número de novos cooperados no período pesquisado, sendo que a cooperativa A cresceu 150%, a B cresceu, em três anos, 87,5%, a C cresceu 4, 0%, a cooperativa D 114%, e a cooperativa E 2.310%.

Ainda segundo os entrevistados, alguns cooperados têm consciência da importância das cooperativas para o meio em que vivem. Parte deles afirmou que suas vidas se tornariam muito difíceis sem a existência das mesmas; em contraposição, outros disseram que não mudaria em nada se a cooperativa deixasse de existir. Eles estão conscientes da necessidade de estarem organizados e também entendem que essa é uma forma de conseguir benefícios, conforme podemos perceber pela entrevista:

> [...] Eu acho importante porque através do cooperativismo, o agricultor, ele passa a conhecer os seus direitos como agricultor e junto, ele tem mais capacidade para conquistar as coisas que eles precisam, melhorar a sua vida no seu dia a dia, né. Sozinho ele não consegue porque não é fácil a vida de agricultor, e quando ele está junto, sendo um cooperado, fica mais fácil pra ele conseguir até mesmo financiamento né, conseguir as coisas pra ele no seu dia a dia lá no campo, ele pode conseguir vários projetos através da cooperativa e esses projetos vêm e traz benefícios pra eles individual e coletivamente lá no campo [...] (Cooperada 1-D).

Quanto à consideração deles(as) sobre a mudança que houve em suas vidas a partir do momento em que se tornaram cooperados(as), as respostas apontaram para duas vertentes: o conhecimento e a conscientização dos cooperados, ou seja, a superação da visão individual pela visão de coletividade, uma vez que, individualmente, não conseguiriam ter realizados tais avanços:

> [...] Primeiramente a visão de como ver as coisas, compreender como que as coisas acontecem, como se consegue as melhorias para o produtor rural né, isso mudou muito. A forma de pensar, a forma de pensar não mais individualmente, mas pensar junto, não querer só pra mim, mas pra todo mundo. E assim quando eu consigo as coisas pros outros coletivamente eu estou conseguindo pra mim também. [...] (Cooperado 1-D).

A respeito dos sonhos para a cooperativa, todos os entrevistados afirmaram que querem uma cooperativa melhor, seja na relação com os cooperados, seja na geração de empregos para os filhos de cooperados, e também sonham com o crescimento da comercialização e industrialização de seus produtos.

Uma situação comum aos entrevistados é a afirmação da distância entre a cooperativa e o cooperado, pois existe ainda muito desinteresse dos cooperados pela cooperativa e também falta a vontade da cooperativa em estar próxima ao cooperado. Há também, conforme o quadro 8, poucos incentivos nas capacitações do quadro social, bem como do Conselho de Administração no sentido de melhorar a gestão desses empreendimentos. A inserção de jovens e mulheres nos empreendimentos ainda é uma ação pouco discutida nas cooperativas pesquisadas.

Quadro 8 – Relação das cooperativas com os cooperados

	A			B			C			D			E		
Cooperado	**1**	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**
A cooperativa realiza cursos e capacitações anuais	Não	-	Não	Sim	Não	-	Não	Não sei	Não	-	Sim	-	Não sabe	Não	-
Você já foi capacitado em cooperativismo	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	-	Sim	-	Não	Não	Não
A cooperativa incentiva os jovens e as mulheres a participar ?	Não	-	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não sabe responder	-	Sim	-	Não	Sim	Não sabe
Os membros da Direção fazem cursos de gestão para a cooperativa?	Não	-	Não	Não sabe	Sim	Não sabe	Não	Não	Não sabe responder	-	Não sabe	-	Não sabe	Não sabe	Sim
Cooperativa e a relação com o quadro social	Deveria haver eventos festivos, mais reuniões, propaganda, divulgação.	O cooperado deveria participar mais.	-	Encontrar mais mercados.	Está boa.	Tem que melhorar.	Pouca participação, precisa estar mais próxima, fazer visitas, ter conhecimen-to da realidade.	Meio distante.	Deficitá-ria e também poucas assem-bleias	A cooperati-va tem que estar mais próxima do cooperado.	Chamar o povo pra participar mais	-	As reclamações não são correspondi-das.	Está boa.	É boa.

6 DISCUSSÃO

6.1 Competitividade

No quesito competitividade, os dados colhidos indicam que as cooperativas estão conseguindo movimentar uma considerável quantia de recursos financeiros. Mesmo trabalhando com um pequeno número de agricultores, elas são referências nos mercados em que atuam.

Porém, a eficiência da gestão ainda é um desafio em alguns dos empreendimentos (A e B). Os mecanismos administrativos de rotina, como as reuniões mensais do Conselho de Administração ou mesmo as reuniões semanais da Diretoria, que auxiliariam na agilidade e no avanço desses empreendimentos, ainda são processos amadores ou pouco importantes. Verificamos que as cooperativas A e B enfrentam dificuldades estruturantes, dado que a gestão é deficitária em seus processos de decisões, pois elas não são tomadas conforme legislação específica para as cooperativas; o planejamento não é realizado, consequentemente não existe avaliação das ações da direção; e, finalmente, elas não possuem, em seus quadros, equipe técnica qualificada capaz de auxiliar a Direção.

O mercado está restrito a poucos produtos, com destaque para a cooperativa B, que está concentrada no mercado institucional. A cooperativa A comercializa apenas o leite para a indústria (embora alguns cooperados comercializem para o PNAE individualmente, sem passar para a cooperativa); já a cooperativa B trabalha com quatro produtos, mas exclusivamente para o PNAE e PNPB.

Do ponto de vista financeiro, a taxa de administração cobrada pela cooperativa A é muito inferior à taxa das demais, possivelmente comprometendo seu capital de giro. Já a cooperativa B apresenta uma taxa de administração compatível com as demais, porém sofre como o baixo volume negociado, o que dificulta sua viabilidade financeira.

Os dados apresentados nesta pesquisa comprovam que a não superação desses obstáculos interfere no desenvolvimento das cooperativas. No caso A e B, elas contam com um pequeno número de cooperados, pouco volume na comercialização, não possuem quadro

de funcionários especializados e, ainda, os membros do Conselho de Administração são pouco capacitados em gestão de cooperativas.

Já as cooperativas C, D e E apresentaram melhores desempenhos competitivos, demonstrados pelos resultados financeiros e pelo crescimento patrimonial, bem como pelo maior volume transacional. As três têm gestão eficiente, com tomadas de decisão dentro do que se é preconizado, realizadas semanal e mensalmente, em particular a cooperativa E, que tem uma gestão pragmática voltada para o mercado.

Os dados mostram também que essas cooperativas estão conseguindo acessar políticas públicas de infraestrutura, sendo que as cooperativas C e D conseguiram melhorar seus equipamentos e máquinas através do Programa Territórios Rurais. Além disso, as cooperativas conseguiram, por meio dos seus próprios arranjos, assessoria técnica especializada para a gestão e projetos de desenvolvimento. Ficou evidente que as cooperativas que possuem um maior grau de especialização na gestão, no processo produtivo e na qualidade de seus produtos têm maior propensão a acessar os mercados convencionais.

Referente ao mercado, as três contam com maior diversidade de mercados acessados, atingindo de 7 a 9 produtos diferentes e trabalhando tanto com mercados convencionais quanto institucionais. O acesso aos mercados institucionais foi oportunizado pelo fato de já terem o básico garantido para os mercados convencionais.

Do ponto de vista financeiro, as três garantem a sua sustentabilidade com uma taxa de administração viável e, ainda, com o grande volume comercializado. Além disso, as cooperativas C e D se beneficiam de recursos financeiros oriundos de empréstimos para realizar investimentos e obter capital de giro.

Existe uma considerável relação na comercialização com o mercado institucional, onde todas as cooperativas acessam esses mercado e que algumas cooperativas trabalham comente com esse tipo de mercados. Essa comercialização com foco somente no mercado institucional pode ser perigosa para as cooperativas, pois elas ficam sujeitas a apenas num segmento de mercado. As políticas públicas criadas nos últimos 13 (treze) anos são importantes, porém não devem ser os únicos meios de comercio dos produtos da agricultura familiar, pois as mesmas ficam reféns de determinada política ou governo.

As políticas publicas, PAA, PNAE e PNPB certamente mudarão o curso da história do cooperativismo brasileiro da forma de como estão sendo constituídas as cooperativas, pois, como vimos, o cooperativismo surge para criar oportunidades de acesso ao mercado. Agora, as política públicas criaram os mercados, e basta que se criem juridicamente as cooperativas para chegarem até o mercado. Não há uma maior reflexão dos associados sobre a real necessidade de um empreendimento, resume-se apenas ao mercado.

As cooperativas aqui pesquisadas precisam se inserir no mercado convencional, mesmo com produtos in natura, mas poderia ser ainda melhor se despertassem para a agroindustrialização coletiva de seus produtos, como também para a produção de alimentos agroecológicos. A inserção no mercado convencional possibilita a regularidade na comercialização, desperta nos agricultores o interesse em produzir mais, e consequente induzirá as cooperativas a procurarem por novos mercados.

As redes de comercialização de tem sido uma das estratégias das cooperativas para comercialização, tanto no sudeste como no nordeste do país, existem diversas redes, como também circuitos de comercialização, além de feiras organizadas por cooperativas nas cidades interioranas. As redes diminuem os custo na comercialização, solidifica a marca dos produtos e fortalece um dos princípios cooperativistas, a interoperação.

Outra possibilidade para essas cooperativas seria a aquisição de insumos de forma coletiva. Assim como tiveram inicio as primeiras cooperativas modernas na Europa, as cooperativas pesquisadas, considerando suas peculiaridades, poderiam garantir o fluxo de caixa, comercializando produtos básicos consumidos pelos cooperados. Uma vez que a CECAF-GO, está ainda focada na comercialização com os programas governamentais, dando prioridade às cooperativas já estruturadas e às chamadas públicas de grandes centros urbanos.

Os dados apresentaram que as cooperativas que se encontram numa melhor situação econômica/financeira são aquelas que têm um maior numero de cooperados, e uma maior escala comercial, portanto fica claro, no caso das cooperativas de agricultores familiares a necessidade de terem um maior numero de cooperados em seu quadro social, onde propiciaria uma maior volume de comercialização, e logicamente diminuiria os custos.

6.2 Benefícios aos cooperados

Em relação ao benefício aos cooperados, os dados revelaram que não existe diferença qualitativa entre as cooperativas; todas cumprem o papel de apoiar as relações com o mercado, na geração de renda e nas ações de envolvimento social.

Nas relações com o mercado, todas as cooperativas representam uma alternativa comercial (tanto no mercado promovido quanto nos facilitados pelas cooperativas). Isso é refletido na porcentagem da destinação do volume comercializado pelo agricultor e no incentivo à diversificação da produção dos produtos comercializados. Foi percebido que os diretores e cooperados das cooperativas entendem que são necessárias ações em outras atividades, sejam na parte produtiva através de outras culturas, como também na área de agroindústrias processadoras de alimentos que podem promover a agregação de valor e inserção em diferentes nichos de mercados.

Na geração de renda, os agricultores entrevistados revelaram que todas as cooperativas apresentam melhores preços que os do mercado local; elas propiciam a regularidade da compra da produção dos agricultores e a garantia de pagamento dos produtos comercializados.

A melhoria na renda dos agricultores é significativa com o cooperativismo, pois o lucro que antes era auferido pelos atravessadores, na comercialização, agora passa a ser o resultado das sobras da cooperativa, que serão revertidas em preço melhor para o cooperado, ou mesmo em melhoria da infraestrutura da cooperativa. Ainda, os diretores das cooperativas são aqueles que também produzem, convivem e comercializam juntamente com os demais fornecedores cooperados, portanto têm a real percepção do custo de suas produções.

Os resultados também revelaram que todas cooperativas contribuem para o envolvimento social dos agricultores. Porém, foi verificado junto aos cooperados que as cooperativas ainda necessitam trabalhar o seu lado social, no sentido de beneficiar seus sócios, sendo que a maioria dos entrevistados reclamou da distância entre a cooperativa e cooperado e também da carência em trabalhar questões voltadas ao lazer e a participação de jovens e mulheres.

Finalmente, nas ações de envolvimento social, observamos uma contraposição referente ao entendimento das atividades realizadas pela cooperativa em favor dos cooperados, uma vez que a direção das cooperativas acreditam que estão cumprindo com a inclusão social de seus membros. Enquanto que os cooperados apresentaram um conjunto de demandas para a cooperativa, de forma a se sentirem mais incluídos nos ações e programas realizados pela cooperativa. No entanto, apesar das divergências na compreensão do envolvimentos social, os dados revelam que fazer parte da cooperativa movimenta uma rede de relacionamentos que auxiliam na mobilização social nessas comunidades.

6.3 Competitividade e solidariedade, retomando a discussão.

O presente trabalho trouxe informações a respeito dos potenciais e das dificuldades enfrentadas pelo cooperativismo, especificamente por aquelas cooperativas ligadas à agricultura familiar. A realidade encontrada nesta pesquisa é diversificada, existem cooperativas que estão em nível mais avançado, outras que necessitam de melhorias para se desenvolver. O problema proposto neste trabalho foi compreender como essas cooperativas conseguiriam se desenvolver num ambiente que lhes obriga a ser competitivas na gestão e no acesso aos mercados.

Conforme apresentado por Amodeo (2001) e Duarte (1986), Moreira et al (2012) e Macedo et al (2014), as cooperativas pesquisadas neste estudo passam pelas mesmas dificuldades para estabelecer o duplo perfil de empresa cooperativa. Por terem pouca escala, o número de cooperados relativamente pequeno, seguido dos volumes comercializados, em determinados casos não conseguem suprir os custos administrativos e nem mesmo dar o retorno financeiro necessário, comprometendo a sua função social, que é a de retornar sobras aos cooperados.

Conforme assinalado por Davis e Bialoskorski Neto (2010) sobre gestão nas cooperativas, há ainda outros problemas que foram confirmados, aos quais se soma a dificuldade dos indivíduos de serem donos e administradores do seu próprio negócio, onde existe uma forte tendência principalmente nas médias e grandes cooperativas para a contratação de equipe técnica específica para a realização da gestão, ficando à Direção a função de decisão, de acordo com o que já foi apontado por Zylbersztajn (2002), Costa et al (2012) e Vasconcelos (2007).

Este estudo revelou que os dois elementos são fundamentais (tanto a competitividade do empreendimento quanto o envolvimento social). Os dados mostraram que todas as cooperativas beneficiam os sócios e que aquelas com melhor gestão também conseguem uma melhor situação financeira.

Fazem-se necessários mais estudos direcionados à compreender o caminho que o cooperativismo proposto pelos pensadores da corrente liberal fisiocrata está seguindo pois, ao que está posto, o cooperativismo de hoje está conduzido pelo capitalismo, de modo que não está atuando somente na correção das imperfeições do mesmo como previam.

Em contraposição a esse modelo, o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária tem se aproximado da perspectiva dos socialistas utópicos, pois fundamenta suas estratégias de desenvolvimento de forma equilibrada, buscando reduzir as desigualdades sociais, dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida das populações com estratégias sustentáveis.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa revelou que as cooperativas representam uma alternativa de desenvolvimento rural, pois contribuem para o fortalecimento das relações sociais no campo. Aquelas que conseguem uma gestão qualificada tornam-se mais competitivas e conseguem uma maior inserção comercial.

A competitividade das cooperativas da agricultura familiar passa tanto pela eficiência comercial do empreendimento quanto por sua capacidade de produzir benefícios para o quadro social. As cooperativas analisadas tiveram diferentes graus de inserção comercial e de eficiência na gestão, mas responderam de forma similar às necessidades dos agricultores cooperados como alternativa de mercado e espaço de fortalecimento das relações sociais. O estudo revelou que as cooperativas C, D e E conseguiram conciliar os interesses econômicos do empreendimento com o benefício ao quadro de sócios. Já as cooperativas A e B beneficiaram o quadro de sócios, mas encontram dificuldades na gestão comercial.

Em relação à eficiência da gestão do empreendimento, os resultados revelaram que algumas delas já estão conseguindo acessar diferentes mercados e têm equipe atuante e capacitada, de modo a garantir a tomada de decisão de forma precisa pelo Conselho Diretivo e assembleias. As cooperativas em estágio inicial podem se fortalecer avançando nesses aspectos, e todas podem ainda se fortalecer tendo pessoal específico para a parte comercial. Algumas cooperativas estão acessando os mercados institucionais de forma adicional ao mercado convencional (geralmente enfocado no leite), permitindo também renda aos agricultores que produzem frutas, hortaliças, doces etc.

A presente pesquisa ensejou em discutir alguns aspectos que dificultam o avanço do cooperativismo da agricultura familiar em Goiás. Entretanto existem ainda inúmeros temas que não foram abordados nesta pesquisa, como a sobrevivência do cooperativismo em face às politicas públicas; ou ainda como se dá o acesso das cooperativas com o crédito rural; também seria importante pesquisar as experiências de agroecologia e cooperativismo em Goiás, conhecer também se as cooperativas da agricultura familiar estão preparadas para a agroindustrialização coletiva; e finalmente seria interessante analisarmos se as cooperativas goianas estão pensando no futuro, através de gênero e geração, uma vez que está cada vez

mais crescente corrente a masculinização e o envelhecimento das pessoas que vivem no campo.

Fica evidente que o cooperativismo é um instrumento importante para o desenvolvimento rural, mas ainda carece de melhorias no acesso aos mercados, no acesso às políticas públicas que possam fomentar as agroindústrias coletivas, na assistência técnica na produção de alimentos e também na gestão dessas cooperativas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Coleção Estudos Rurais. São Paulo: Hucitec: Anpocs: Unicamp, 1992.

AMODEO, N. B. P. As cooperativas e os desafios da competitividade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 17, out. 2001.

ANDEF. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL. **Agricultura familiar, cooperativas**. São Paulo, 2014.

BOLETIM INFORMATIVO. **Acontece Senaes**. Edição Especial 2013.

CARNEIRO, L. M.; CHEROBIM, A. P. M.; Teoria de agência em sociedades cooperativas: estudo bibliométrico a partirda produção científica nacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 18., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...**. São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, 2011. < anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/626/626>.

CECHIN, A. Cooperativas brasileiras nos mercados agroalimentares contemporâneos: limites e perspectivas. In: **O mundo rural no Brasil do século 21.** Brasília, DF: Embrapa, 2014.

COSTA, D. R. M.; CHADDAD, F. R.; FURQUIM DE AZEVEDO, P.; **Separação Entre Propriedade e Decisão de Gestão nas Cooperativas Agropecuárias Brasileiras. RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 2, p. 285-300, Abr/Jun 2012.

DAVIS, P.; BIALOSKORSKI NETO, S. Governança e gestão de capital social em cooperativas: uma abordagem baseada em valores. **ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa**, v. 5, n. 1, jan./jun. 2010.

DUARTE, L. M. G. **Capitalismo e cooperativismo no RGS**: o cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: L&PM/Anpocs, 1986.

FAO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Smallholder integration in changing food markets**. Rome: FAO, 2013.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **RBCS**, v. 28, n. 82, jun. 2013.

GIMENES, R. M. T.; GOZER, I. C.; GOZER, D. F.; **A CULTURA DA COMPETIÇÃO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS E AS AMEAÇAS AO MODELO ATUAL DE GESTÃO FINANCEIRA DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS BRASILEIRAS.** Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR, Umuarama, v. 9, n. 1 e 2, p. 109-133, 2008.

HARNECKER, C. P. Una introducción a las cooperativas. In: **Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba**. La Habana: Editorial Caminos, 2011.

MACEDO, A.S. et al; ALCÂNTARA, V. C.; ANTONIALLI, L. M.; MORAIS, G. S. **Gestão empresarial e social em cooperativas no espírito santo: uma análise multivariada.** 52 Congresso SOBER, 2014.

MENEGÁRIO, A. H..; Emprego de indicadores socioeconômicos na avaliação econômica de cooperativas agropecuárias**.** Piracicaba, SP. 2000.

MICHELS, V. **Uma contribuição à análise dos princípios de administração financeira aplicados a sociedades cooperativas de produção agrícola**. 2000, 166 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOREIRA, V. R.; SILVA.; MORAES, E. A.; PROTIL, R. M.; **O cooperativismo e a Gestão dos Riscos de Mercado; análise de fronteira de eficiência do agronegócio paranaense.** RESR, vol 50, nº 1, 2012.

OCB/GO, Organização das Cooperativas Brasileiras Seção Goiás-SESCOOP/GO. **Censo do Cooperativismo Goiano 2012**. Goiás, 2012.

OCG. SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE GOIÁS; **Cooperativismo passo a passo**. Goiânia, GO, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRA. **Relatório Técnico**: O que nos torna Cooperativas. Brasilia, 2014. 75 p.

RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

SCHNEIDER, J. O. Globalización y cooperativismo: la dimensión local y la comunitária. **Revista de la Cooperación Internacional**, v. 37, n. 1, 2004.

SILVA, M. G.; SILVA, S. P.; **Para além do acesso**: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural. In: IPEA, **Mercado de Trabalho**, 49, nov. 2011.

SILVA, M. W. D. Possibilidades e Limites do Cooperativismo pelo Prisma de Entidades de Representação das Cooperativas: uma analise comparativa entre a entre a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP) e a União e Solidariedade das Cooperativas e empreendimentos de economia social do Brasil (UNISOL – Brasil)**.** Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, SP, 2006.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; Economia Solidária e socialismo. In ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007, p. 255-260.

VALADARES, J. H. **Teoria geral do cooperativismo**. Viçosa/MG: UFV. Pós-Graduação em Cooperativismo, 2005.

VASCONCELOS, T. A. C.; A economia solidária na construção social do desenvolvimento territorial. In ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007, p. 261-285.

WIGGINS, S. **Agricultural growth and poverty reduction**: a scoping study. Overseas Development Institute (ODI), London, UK, March 2006.

WIGGINS, S.; KIRSTEN, J.; LLAMBÍ, L. The future of small farms. **World Development**, v. 38, n. 10, p. 1.341-1.348, 2010.

ZYLBERSZTAJN, D. **Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas**. FEA-USP/Pensa, 2002.

Internet

<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm> Acesso em 13 fev. 2015.

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/01/cooperativas-da-economia-solidaria-anunciaram-a-criacao-da-unicopas-9690.html>. Acesso em 12 fev. 2015:

APÊNDICE A – Questionário realizado junto às Cooperativas

Nome: _____ Data: _____

Função: _____

Questionário 01 – Pesquisa junto às cooperativas.

FINANCEIRO - Avaliar a viabilidade financeira de um empreendimento cooperativo, considerando dívidas, investimentos, perdas/sobras e balanço patrimonial.

1. Como é realizado o serviço contábil da cooperativa?

( ) Dentro da Cooperativa ( ) Fora da Cooperativa ( ) Não existe contador assessoria contábel efetiva/fixa

2. A Cooperativa está em dias com as obrigações Fiscais? ( ) Sim ( ) Não

3. Todos os funcionários são registrados? ( ) Sim ( ) Não

4. qual a porcentagem da taxa administrativa que a cooperativa retém na prestação de serviço?

( )_____

5. A taxa administrativa consegue suprir os custos? ( ) Sim ( ) Não ( ) As vezes

6.A Cooperativa possui centros de custos? ( ) Sim ( ) Não

7. A Cooperativa possui sistema de controle financeiro, Software?

( )Específico para cooperativas ( ), Programa gratuito da Receita Estadual ( ), Nenhum

8.A cooperativa possui financiamento de custeio/capital de giro com agentes financeiros (curto prazo)? ( ) Sim ( ) Não

9. A Cooperativa possui investimento com Insituição Financeira (a longo prazo)? ( ) Sim ( ) Não

10. Quem acompanha o departamento financeiro?

( ) Dir Tesoureiro ( ) Dir. Presidente ( ) Direitoria ( ) Conselho de Administração

11. A cooperativa possui Administrador de empresas/Gerente para auxiliar a Direção?
( ) Sim ( ) Não

12. Resultado Bruto nos últimos 5 anos?
2009 R$: _____
2010 R$: _____
2011 R$: _____
2002 R$: _____
2013 R$: _____

13. Balanço Patrimonial nos últimos 5 anos?
2009 R$: _____
2010 R$: _____
2011 R$: _____
2002 R$: _____
2013 R$: _____

14 – Demonstração de resultados dos últimos 05 anos?
2009 Sobras R$: _____ ___ Perdas R$:_____
2010 Sobras R$: _____ Perdas R$:_____
2011 Sobras R$: _____ Perdas R$:_____
2002 Sobras R$: _____ Perdas R$:_____
2013 Sobras R$: _____ Perdas R$:_____

14 - Como foram investidas as sobras?
( ) devolvidos aos cooperados ( ) Investidos em patrimônio ( ) Investidos em cotas-partes

MERCADO - Verificar quais mercados acessam, volume comercializado, tempo de inserção ao mercado, se existe produção industrializada;

15 – A cooperativa Comercializa com quais mercados?

Mercado convencional: ( )Atacadistas ( ) CEASA ( ) Industrias ( )atravessadores, ( ) varejistas ( )supermercados ( )frutarias ( )feiras

Mercado Institucional : ( ) PAA ( ) PNAE ( ) PNBIO

16 – A cooperativa realiza comercialização em rede? ( )Sim ( )Não

17 – Percentagem do PAA no total da comercialização/ano? ( ) _____

18 - Percentagem do PNAE no total da comercialização/ano? ( ) _____

19 - Percentagem do PNBIO no total da comercialização/ano? ( ) _____

20 – Tempo de experiência na Comercialização?

mercado convencional: _____ mercado Institucional: _____

21 – Possui Complexos Agroindustriais?

( ) Sim Qual_____ ( ) Não

22 – Possui produtos Industrializados?

( ) Sim Quais_____ ( ) Não

23 – Possui departamento comercial para vendas?

( ) Sim ( ) Não

24- existe produção de Orgânicos ou agroecológicos?

( ) Sim Quais_____( ) Não

25- Se possui agroindústria, esta é originada de recursos...

( ) públicos ( ) próprios ( ) Patrocínios (não reembolsáveis)

26 – Existe metas de comercialização e/ou serviços para os funcionários de cada setor?

( ) Sim ( ) Não

27 – quais as principais dificuldades para efetivar a relação de uma cooperativa com o mercado convencional?

( ) Necessidade de Capital de Giro ( ) Necessidade de Investimentos ( ) escala de produção ( ) regularidade na oferta ( ) regularidae em escala ( ) qualidade do produto ( ) logística ( ) Marketing ( ) capacidade técnica

GESTÃO: Verificar a eficiência na gestão do empreendimento, analisando as funções dos diretores, tomadas de decisões e parcerias.

28 – A Cooperativa possui rotina de reunião do Conelho de Amdiminsitração

( ) Bimestral ( )Mensal ( ) Quinzenal ( )Semanal ( ), Sempre que necessário ( ) Não há calendário.

29 – Qual o calendário de reunião da Diretoria?

( )Mensal ( ) Quinzenal ( )Semanal ( )Sempre que necessário ( ) Não existe reunião.

30- Como é realizada as tomadas de decisões da Cooperativa?

( ) Conselho de Administração, ( ) Diretoria ( ) Individualmente

33 – nível de especialização dos funcionários **na gestão**?

( ) primário ( ) Ensino Medio ( ) Superior ( ) Especialização

34 – Existe organograma do quadro funções?

( ) Sim ( ) Não

35 – Quem executa as tomadas de decisões definidas pela direção?

( ) Um membro da Direção ( ) Gerentes/coordenadores ( ) Funcionários

36 – existe plano de trabalho anual para Direção?

( ) Sim ( ) Não

37. Grau escolaridade dos Diretoria?

( ) primário ( ) Ensino Medio ( ) Superior

38. Os membros do Conselho de Administração foram capacitados em gestão de cooperativas?

( ) Sim ( ) parte da direção ( ) não foram capacitados

39 – existem metas de trabalho para os funcionários?

( ) Sim ( ) Não

40 - Existe equipe Técnica para a área produtiva dos cooperados ATER?

( ) Sim ( ) Própia ( ) privada ( ) pública ( ) Não

41 – Como é realizada a avaliação do desenvolvimento das ações da cooperativa pela direção?

( ) Bienal ( ) Anual ( ) Semestral ( ) mensal ( ) não é realizado

42 – A Cooperativa é filiada a qual sistema?

( ) OCB ( ) Unicafes ( ) Unisol ( ) nenhuma

COOPERATIVA - Avaliar como os cooperados estão se beneficiando do empreendimento, no fortalecimento das ações sociais e na sua integração com o mercado.

43 - Numero total de Cooperados?

2009 : _____

2010 : _____

2011 : _____

2002 : _____

2013 : _____

44- Numero de Assembleias / ano?

2009 : _____

2010 : _____

2011 : _____

2002 : _____

2013 : _____

45 – porcentagem de participação de cooperados por assembleias?

2009 : _____

2010 : _____

2011 : _____

2002 : _____

2013 : _____

46 – Toda comercialização é oriunda da produção dos cooperados?

( ) Sim, ( ) Não, qual a porcentagem de não cooperados?_____

47- São realizados cursos /capacitações?

( ) Sim, ( )própria ( ) através de parcerias ( ) Não

48 - São oferecidos cursos /capacitações em cooperativismo?

( ) Sim, ( )própria ( ) através de parcerias Quantas por ao?_____ ( ) Não

49 – A cooperativa oferece ações/programas/projetos socais para o desenvolvimento dos seus cooperados? ( ) Sim, ( ) Não,

50- O cooperado tem preço diferenciado na comercialização com a cooperativa?

( ) Sim, Qual porcentagem? _____

51 - A Cooperativa realiza confraternizações, recreações com os Cooperados?

( ) Sim ( ) Não

52 – A cooperativa disponibiliza máquinas/equipamentos aos seus cooperados para suas atividades produtivas?

( ) Sim ( ) Não

APÊNDICE B – Pesquisa junto ao cooperado

Nome:_____ Data: _____

Questionário 2. Cooperado - Avaliar como os cooperados estão se beneficiando do empreendimento, no fortalecimento das ações sociais e na sua integração com o mercado.

1. Por que é importante um agricultor ser cooperado de uma cooperativa?

2. O que mudou sua vida após ser um Cooperado?

3. Você comercializa todos os seus produtos com a cooperativa? Por que?

4. Quais as vantagens de comercializar com a cooperativa?

5. Quais os seus sonhos para a cooperativa?

6. O que mudaria na sua vida, caso a cooperativa deixasse de existir?

7. Você já fez sugestões ou reclamações à direção da Cooperativa? Que tipo?

8. O que a cooperativa poderia fazer para melhorar a relação com o cooperado?

9. Você já participou de capacitação em cooperativismo?

10. Como você fica sabendo das informações da Cooperativa?

11 –A cooperativa oferece para os cooperados curso de cooperativismo?

12- A cooperativa incentiva jovens e as mulheres a participarem ?

13 - A cooperativa oferece curso de gestão para os administradores?

14 – Com quantos agricultores você se relaciona, os mais próximos?

15 – Desses, quantos são cooperados?

16 – no processo de comercialização, com quais ou quem você se relaciona?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é **Mauro Pereira dos Santos**, sou a pesquisador responsável e minha área de atuação é **Agricultura Familiar e Agronegócio**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, **Mauro Pereira dos Santos** nos telefones: (62) 9921-1676 e (62) 8141-6795. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: (62) 3521-1075 ou 3521-1076.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

- **Título**: **Viabilidade do Cooperativismo na Agricultura Camponesa**
- **Justificativa**O cooperativismo brasileiro tem crescido nos últimos 20 anos, grande parte ligadas ao crédito e em numero menor no setor de produção. Isso se deve ao fato das políticas públicas voltadas ao segmento, realizadas a partir do governo Lula.

No entanto, várias desses empreendimentos foram criadas para acessarem tais políticas, desta forma os agricultores estão tentando se cooperarem, porém com dificuldades. Pois os próprios empreendimentos, as universidades e sociedade civil, governantes sabem pouco do cooperativismo e da situação que estes empreendimentos se encontram.

Somando entre as várias dificuldades encontradas na agricultura familiar como a escala de produção, ausência de assistência técnica, necessidade de investimentos em infraestrutura, acrescenta-se ainda a dificuldade dos agricultores se organizarem de forma coletiva. Mesmo com tal crescimento, temos ainda um número bastante reduzido de empreendimentos cooperativos se comparado a outros países.

A solução desse impasse se dá na superação, ou mesmo equalização das dificuldades encontradas com ações economicamente viáveis e politicamente corretas com seus associados.

- **Objetivos e Procedimentos:**

- Avaliar como os cooperados estão se beneficiando do empreendimento, no fortalecimento das ações sociais e na sua integração com o mercado.
- Avaliar a viabilidade financeira de um empreendimento cooperativo, considerando dívidas, investimentos, perdas/sobras e balanço patrimonial.
- Verificar quais mercados acessam, volume comercializado, tempo de inserção ao mercado, se existe produção industrializada;
- Verificar a eficiência na gestão do empreendimento, analisando as funções dos diretores, tomadas de decisões e parcerias. E então, como desenvolver a gestão social com os cooperados para aperfeiçoar o viés econômico dessa empresa.
- A sua participação da pesquisa não representará nenhum risco para si.
- Não está previsto qualquer tipo de benefício, pagamento ou gratificação financeira pela sua participação na pesquisa.
- Não está prevista qualquer tipo de indenização em caso de danos decorrentes de sua participação na pesquisa;
- Não será de forma alguma cobrado valor algum pela sua participação na pesquisa, sendo que todos os custos envolvidos são da inteira responsabilidade do pesquisador.
- Para a realização da nossa entrevista/questionário, precisaremos entre 1 a 2 horas de tempo e a nossa sessão poderá ter lugar em sua casa, na sua comunidade ou no seu local de trabalho. Para o registro das informações utilizaremos um gravador e máquina fotográfica com a sua prévia autorização.
- Ao responder ao questionário, você não está obrigado a responder às perguntas que possam ocasionar-lhe constrangimentos de alguma natureza.
- Você pode recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.
- As informações fornecidas serão tratadas de forma confidencial e não serão fornecidas a terceiros e serão utilizadas somente para os objetivos da pesquisa.

Mauro Pereira dos Santos

(Pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ ou n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo **Viabilidade do Cooperativismo na Agricultura Camponesa** como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador **Mauro Pereira dos Santos** sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data:_____

_____

Nome e Assinatura do sujeito na pesquisa

Assinatura por datiloscopia:

APÊNDICE D – Termo de anuência Cooperativa agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí – GO.

DECLARAÇÃO DE ANUENCIA

Declaro que após receber os esclarecimentos e informações sobre os objetivos da pesquisa a seer realizado pelo pesquisador **MAURO PERERIA DOS SANTOS,** com área de atuação em agricultura familiar e agronegócio, tendo como título: **Viabilidade do Cooperativismo na Agricultura Camponesa,** permito que o mesmo realize sua pesquisa na Coop. Agropecuária dos Produtores Rurais de Itaberaí - GO que represento, e estou ciente de que os dados aqui obtidos servirão para a realização de trabalho científico e a consequente divulgação do seu resultado, independentes destes serem favoráveis ou não.

Local e data: Itaberaí - GO, 19 de Maio 2014

Nome e Assinatura do anuente:

Avelino Máximo Pereira Neto

Diretor Presidente

APÊNDICE D – Termo de anuência Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuraga – GO.

COOPERAFI – Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga.
Fortalecendo a Agricultura Familiar!
CNPJ: 02.966.979/0001-82 Rua 50-A, nº 05, Centro, Itapuranga-Go.
Tel.: (62) 3312-1440 e-mail: cooperafi@gmail.com

DECLARAÇÂO DE ANUENCIA

Declaro que após receber os esclarecimentos e informações sobre os objetivos da pesquisa a ser realizado pelo pesquisador **MAURO PEREIRA DOS SANTOS,** com área de atuação em agricultura familiar e agronegócio, tendo como título: **Viabilidade do Cooperativismo na Agricultura Camponesa,** permito que o mesmo realize sua pesquisa na Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga que represento, e estou ciente de que os dados aqui obtidos servirão para a realização de trabalho científico e a consequente divulgação do seu resultado, independentes destes serem favoráveis ou não.

Itapuranga, 03 de junho de 2014

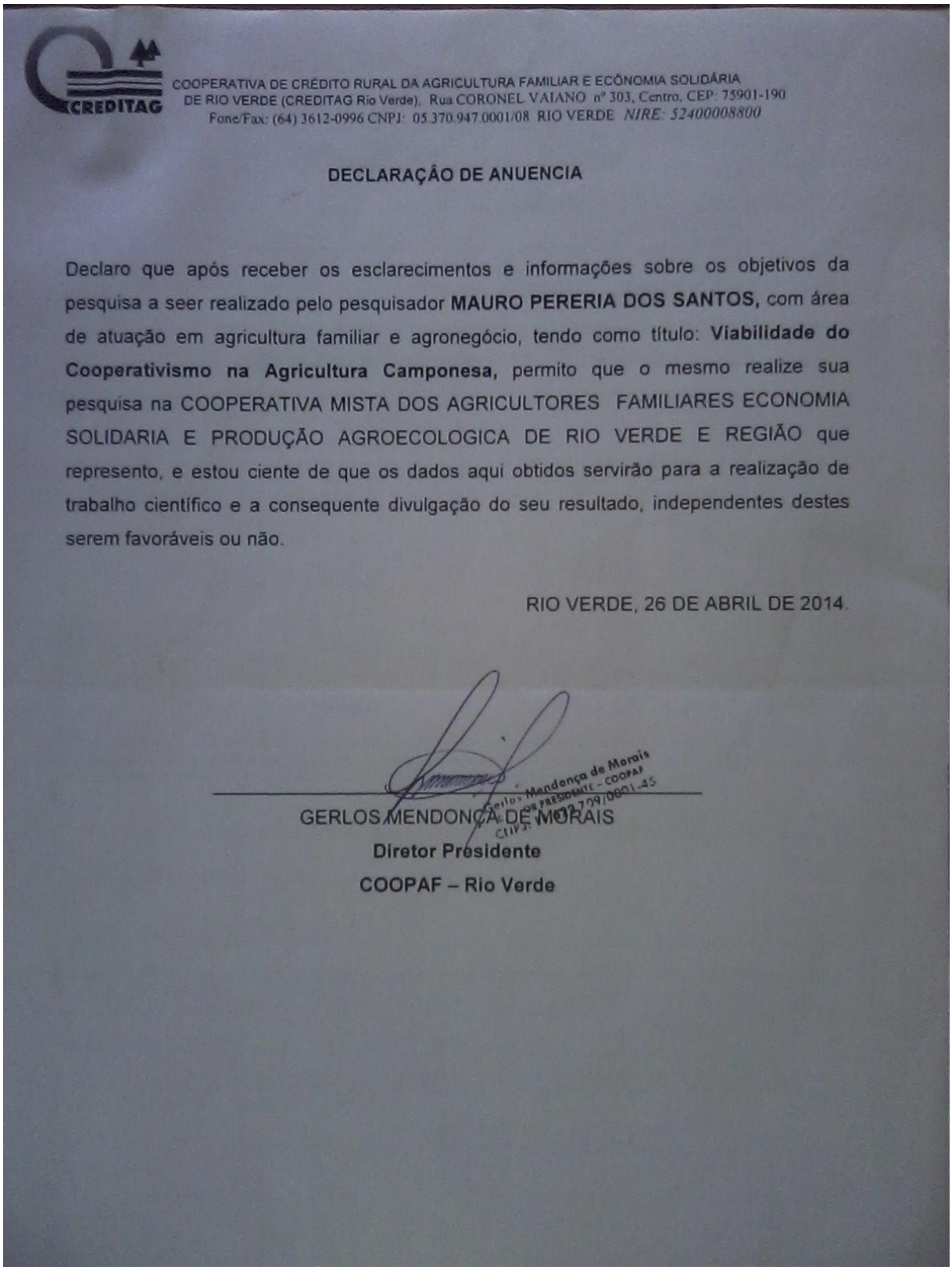
Nome e Assinatura do anuente:

Ilmon Jose de Queiroz
Diretor Presidente
Cooperativa de Agricultura familiar de Itapuranga

Ilmon José de Queiroz
- Presidente -

02.966.979/0001-82
Insc. Est.: 10.312.171-4
Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga
Rua 50-A nº 05 - Centro - CEP: 76.600-000
ITAPURANGA - GOIÁS

APÊNDICE D – Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Rio Verde – GO.



CREDITAG

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECÔNOMIA SOLIDÁRIA
DE RIO VERDE (CREDITAG Rio Verde), Rua CORONEL VAIANO nº 303, Centro, CEP: 75901-190
Fone/Fax: (64) 3612-0996 CNPJ: 05.370.947.0001/08 RIO VERDE *NIRE: 52400008800*

DECLARAÇÃO DE ANUENCIA

Declaro que após receber os esclarecimentos e informações sobre os objetivos da pesquisa a seer realizado pelo pesquisador **MAURO PERERIA DOS SANTOS,** com área de atuação em agricultura familiar e agronegócio, tendo como título: **Viabilidade do Cooperativismo na Agricultura Camponesa,** permito que o mesmo realize sua pesquisa na COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES ECONOMIA SOLIDARIA E PRODUÇÃO AGROECOLOGICA DE RIO VERDE E REGIÃO que represento, e estou ciente de que os dados aqui obtidos servirão para a realização de trabalho científico e a consequente divulgação do seu resultado, independentes destes serem favoráveis ou não.

RIO VERDE, 26 DE ABRIL DE 2014.

Gerlos Mendonça de Morais
DIRETOR PRESIDENTE - COOPAF
CPF: 709.0801-45

GERLOS MENDONÇA DE MORAIS
Diretor Presidente
COOPAF – Rio Verde

APÊNDICE D – Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Assentamento Nova Aurora – GO.

COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO NOVA AURORA –

Assentamento Nova Aurora, município de Santa Isabel - GO

DECLARAÇÂO DE ANUENCIA

Declaro que após receber os esclarecimentos e informações sobre os objetivos da pesquisa a ser realizado pelo pesquisador **MAURO PERERIA DOS SANTOS,** com área de atuação em agricultura familiar e agronegócio, tendo como título: **Viabilidade do Cooperativismo na Agricultura Camponesa,** permito que o mesmo realize sua pesquisa na **COOPERATIVA MISTA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO NOVA AURORA** que represento, e estou ciente de que os dados aqui obtidos servirão para a realização de trabalho científico e a consequente divulgação do seu resultado, independentes destes serem favoráveis ou não.

Santa Isabel, 28 de abril de 2014.

José Pereira Vinhal

José Pereira Vinhal

Diretor Presidente

Coopafana

APÊNDICE D – Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Uruana e região.

COOPERURUANA - Cooperativa Agropecuária de Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Uruana e Região -

COOPERURUANA

DECLARAÇÂO DE ANUENCIA

Declaro que após receber os esclarecimentos e informações sobre os objetivos da pesquisa a ser realizado pelo pesquisador **MAURO PERERIA DOS SANTOS,** com área de atuação em agricultura familiar e agronegócio, tendo como título: **Viabilidade do Cooperativismo na Agricultura Camponesa,** permito que o mesmo realize sua pesquisa na Cooperuruana, que represento, e estou ciente de que os dados aqui obtidos servirão para a realização de trabalho científico e a consequente divulgação do seu resultado, independentes destes serem favoráveis ou não.

Uruana, 28 de abril de 2014

Maria de Lourdes

MARIA DE LOURDES
Diretora Presidente
COOPERURUANA